

Economia

AGRONEGÓCIOS

Controle de doenças deve abrir mercados para o leite

Indústria destinará créditos do PIS/Cofins para melhorar qualidade

Luiz Eduardo Kochhann
luiz@jornaldocomercio.com.br

Em busca de novos mercados, a cadeia leiteira brasileira, especialmente a gaúcha, investirá no controle da tuberculose e brucelose. Esse é o foco dos projetos que devem ser protocolados junto ao Ministério da Agricultura (Mapa), até o dia 1 de outubro, para manutenção dos créditos presumidos do PIS/Cofins, conforme exigirá a Lei nº 13.137/2015, a ser regulamentada nesta terça-feira. Associados do Sindicato da Indústria de Laticínios do Rio Grande do Sul (Sindilat-RS) conheceram os detalhes da legislação em reunião realizada ontem, na sede da entidade, em Porto Alegre.

Segundo o presidente do Sin-

dilat, Alexandre Guerra, a lei deve garantir que as agroindústrias leiteiras recuperem 50% da contribuição de 9,25% do PIS/Cofins incidente sobre a venda do leite in natura. As indústrias precisarão destinar 5% desses recursos a projetos que ajudem os produtores de leite na melhoria da qualidade do produto final. As propostas de assistência técnica com foco em gestão agropecuária, melhoria da produtividade do rebanho, melhoramento genético e educação sanitária terão prazo de até 36 meses de duração, cabendo ao Mapa a aprovação.

“No encontro de hoje, fortalecemos a importância de apresentar planos de controle da tuberculose e brucelose, para que essas doenças não sejam barreiras na busca de novos mercados”

explica Guerra. O Sindilat apresentou um modelo e está assessorando as empresas na elaboração dos projetos, uma vez que aquelas que não protocolarem os documentos junto ao Mapa terão direito a recuperar apenas 20% da contribuição. Guerra destaca ainda o objetivo de aplicar mais do que os 5% obrigatórios para, dessa maneira, aumentar gradativamente a produtividade do rebanho gaúcho.

O objetivo é exportar para a China e para a Rússia, os dois principais compradores internacionais de produtos lácteos, respondendo, respectivamente, por 14% e 7% da demanda mundial. Para o mercado russo, o Brasil já possui 26 plantas habilitadas, sendo quatro no Rio Grande do Sul. Em breve, de-



Recursos serão investidos no combate da tuberculose e da brucelose

vem ser encaminhados os formulários para habilitação da venda aos chineses, sem necessidade de visita das autoridades sanitárias do país asiático, segundo Guerra. “Para concorrermos nesses mercados com grandes produtores, como os Estados Unidos e Nova Zelândia, sabemos que precisamos melhorar a competitividade e a capacidade produtiva”, completa.

No encontro na sede do Sindilat, também foi discutido o Projeto de Lei nº 214, encaminhado

pelo Executivo à Assembleia Legislativa e que reduz em 30% os créditos presumidos concedidos pelo governo do Rio Grande do Sul às indústrias. Segundo os representantes das empresas presentes na reunião, uma vez aprovada, a medida inviabilizaria a cadeia leiteira no Estado, pois a competitividade ficaria comprometida e não haveria margens para repassar ao produtor. No início deste mês, o governo estadual retirou o regime de urgência para votação do tema.

Programa do Ministério da Agricultura permite investimentos no setor leiteiro gaúcho

Será assinado hoje, em Brasília, o termo de cooperação entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e os cinco maiores estados produtores de leite do Brasil - Rio Grande do Sul, Goiás, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina -

que representam 72,6% da produção brasileira. O secretário da Agricultura, Pecuária e Irrigação, Ernani Polo, vai assinar o documento com a ministra Kátia Abreu em solenidade marcada para as 11h.

O programa “Leite Saudável” será rea-

lizado em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e visa promover a ascensão social de aproximadamente 80 mil produtores de leite nos cinco estados participantes, visando a melhorar a competitividade

do setor. Para o Rio Grande do Sul, os recursos vão ser disponibilizados ao longo de quatro anos, com o objetivo de melhorar a assistência técnica, a produção, a qualidade e a sanidade praticadas pelos criadores de gado leiteiro.

Estados do Sul defendem adoção de modelo de inspeção agropecuária privada

Marina Schmidt
marina@jornaldocomercio.com.br

Com 32 médicos veterinários atuando no serviço público estadual e 816 agroindústrias para serem inspecionadas e fiscalizadas, Santa Catarina apostou, há cinco anos, na inspeção privada para dar conta da demanda que o estado não conseguia atender. O modelo foi o primeiro do tipo

do Brasil e tem alimentado o debate sobre a adoção de medida semelhante por parte de outros estados, como o Rio Grande do Sul, que vem discutindo a experiência catarinense desde o início do segundo semestre.

Em agosto, uma comitiva gaúcha visitou agroindústrias localizadas em Palhoça e Biguaçu, na grande Florianópolis (SC), para verificar o funcionamento

do modelo. Durante a 38ª Expointer, a proposta foi debatida com a participação da ministra da Agricultura, Kátia Abreu, que tem defendido publicamente uma reforma no Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-Poa).

Ontem, a questão voltou a ser discutida no Rio Grande do Sul, na sede da Farsul com a presença de representantes de Santa Catarina e do Paraná, que também tem um formato diferenciado para as inspeções. O secretário adjunto da Agricultura de Santa Catarina, Airton Spies, registrou os efeitos alcançados com a mudança: “Hoje, temos 480 médicos veterinários fazendo inspeção no Estado”.

Spies acrescentou que Santa Catarina tem credenciadas nove empresas fornecedoras de mão de obra de profissionais (médicos veterinários habilitados para o serviço de inspeção privada) e reforçou que as empresas e os profissionais privados ainda estão sujeitos à fiscalização estadu-

al. “Atualmente, os 32 médicos veterinários do Estado fiscalizam a inspeção feita nas agroindústrias.”

O diretor-presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), Inácio Afonso Kroetz, disse que o Paraná possui 10 empresas credenciadas para fazer a inspeção nas agroindústrias, modelo presente em 51% do Estado. A Adapar coordena todo o processo de credenciamento dos profissionais e também de descredenciamento, quando necessário. Kroetz defende que a inspeção privada, que já vem atraindo atenção de outros estados é inevitável. “Esse padrão vai se irradiar por todo o País por necessidade. Atualmente, tem cinco empresas aguardando o Sisbi para funcionar no Paraná”, dimensiona.

Polêmico, o modelo encontra resistência entre médicos veterinários do serviço público, que asseguram que só o profissional concursado tem isenção necessária para realizar a função. Já os

estados que adotaram a mudança argumentam que a inspeção privada não sofre com conflito de interesses e requer habilitação específica. Outro aspecto que pode suscitar críticas é por parte das empresas, sobretudo pequenas agroindústrias, que terão que arcar com a contratação do serviço de inspeção privada. Porém, o presidente da Associação das Pequenas Indústrias de Laticínios do Rio Grande do Sul, Wladimir Pedro Dall’Bosco, disse que a entidade vê o modelo com “bons olhos”. “É algo que tem que ser trabalhado, mas é uma proposta bem-vinda”, sustenta, defendendo que a inspeção privada seja aprovada pelo Ministério da Agricultura também para o Sisbi-Poa.

Participaram do debate o secretário da Agricultura do Estado, Ernani Polo, os deputados estaduais Frederico Antunes (PP), Elton Weber (PSB) e Gabriel Souza (PMDB), e o gerente de inspeção de Santa Catarina, Sérgio Borges.



Modelo de Santa Catarina foi apresentado ontem em debate na Farsul